

do Gabriel do Ministro tambem penha em duvida ate ha poucos dias, a nossa ida para a guerra. Finalmente em 19 deste mês lá foram por o Lt.º Main, ordens escritas terminantes, que motivaram as ordens que nesta data se receberam nas unidades. Trata-se de preparar o que já devia estar preparado: alojamentos, material diversos etc.

Quanto ao material de guerra

11 de Setembro

Lá marcharam para Angola e Moçambique respectivamente, duas expedições, uma comandada pelo tenente-coronel Nogueira (chefe de B. M. capitão Maia Magalhães) e outra pelo tenente-coronel Macaens de Amorim (chefe do B. M. S. Antónia Calisto). Vê-se decreto de 18 de Agosto, nas Ordens do Lt.º 1.º serie, n.º 19 pag 1209. A primeira (Angola) é constituída pela 2.º bat.º do Reg.º de Montanha, pelo 3.º esquadrão de Cav.º 9, pelo 3.º bat.º de inf. 14 e pela 2.º bat.º do 1.º grupo de metralhadoras. A segunda (Moçambique) é constituída pela 4.º bat.º do Reg.º de Montanha, pelo 4.º esquadrão de

Cv. 10, pelo 5.º bat. de inf. 15. A missão seguiu o decurso citado e quamecer al-
guns pontos das fronteiras sul da pro-
vincia de Angola e norte da provincia
de Moçambique. O povo de Lisboa a-
compañou as columnas desde a Rotunda
onde formaram. Alguns criticos censu-
raram esta attitude do povo, porque não dei-
xava as tropas marcharem como em para-
des (no Pelourinho a mistura do povo com a
tropa foi completa).

A bordo do Adamastor, o Presidente da
Republica acompanhava as despedidas até Pa-
cos de Arcos. A bordo, Brito Carneiro con-
versou muito com o general Chef do Lit.
Main.

Aqui ha dias, o ministro Pereira de Be-
sabeudo que eu estava no gabinete do Di-
rector geral Pereira Dias, onde eu fôra pro-
testar contra uma ordem asmativa que tinha
valido directamente do Secretario de Guerra
sicere da maneira de executar o mappa de
freg. do Grupo e cavalo, mandou-me di-
zer que passasse pelo gabinete della, an-
tes de me ir embora. O portador desta
recado fôra o chefe do Gabinete, t. emmel
Pacheco Soares. Quando entrei, o minist-
ro parecia de um lado pro outro. Le-
vou-me pro o cofe do canto e ali, recom-
mendando-me muito segredo, mas mu-
to e muittissimo segredo, por ser um as-
sunto que andava tratado por vias diplo-
maticas, perguntou-me se eu tinha divida
em ir como chefe de uma missão assis-
tir ou acompanhar as operações de guerra

11

em aliado em France. Respondi que não tinha
 dúvida alguma, que só por motivo de saúde
 deixaria de ir, e que estava à sua ordem. Tor-
 nou a recomendar-me segredo, insistindo mi-
 to de uma maneira extraordinária, que com
 franqueza não compreendi, por não atingir o
 perigo que havia em transpirar que eu fizesse
 confidado para esta reunião. Terminada a con-
 versação, declarei que tinha de ir por casa do
 presidente do Ministério, e que me de caminho me
 deixava em casa. Foi de uma tal amabilidade e
 gentileza que me fez passar pela mente a sus-
 peita de qualquer coisa.

15 setembro

Continue toda a gente a perguntar se nada
 mais se faz quanto a preparações para to-
 mar parte na Guerra. Hoje o Seculo publi-
 ce o artigo que segue.

Os soldados portuguezes

Desde o principio da guerra européa que uma forte corrente de opinião se manifestou a favor da nossa intervenção militar ao lado da nossa aliada Inglaterra. Isto assente e aceito pelo governo e aprovado pelo aplauso unânime dos parlamentares, pareceria que o principal cuidado de todos os que têm responsabilidades ligadas ás nossas coisas publicas fosse o de preparar todos os nossos soldados por fórma a estarem aptos para cumprirem a missão de que de um momento para o outro poderiam ser incumbidos.

Parecia natural que assim fosse; mas não temos visto que coisa alguma se tenha feito no sentido de adestrar todos os nossos soldados com uma boa preparação, de modo a não se enfileirarem ao lado dos inglezes como simples aspirantes a militares.

A verdade é que se se fizessem as escolas de repetição d'este ano, como normalmente se deveriam ter feito, e para as quaes ha verba no orçamento, nós poderíamos ter hoje em armas e sem o reparo de ninguém uns sessenta mil homens. Se em qualquer epoca as escolas de repetição são consideradas uma necessidade e a guerra é apenas uma possibilidade, qual a razão por que passam a ser absolutamente inúteis quando exatamente mais necessária se torna a preparação para a guerra?

Tudo isto se poderia ter feito sem mobilisar e chamando apenas os licenciados. Houve um receio demasiado e inexplicavel em com isto se dar a im-

pressão de que se estava mobilizando. Porquê? Ter-se-ha acaso a estulta pretensão de imaginar que isso poderia ser tomado pela Hespanha como uma intenção nossa de a invadir? Então não bastariam para isso as terminantes declarações nossas de que o nosso proposito seria apenas colocar-nos ao lado da Inglaterra? E não estaríamos nós, acima de tudo, no nosso indeclinavel direito de fazermos exatamente o que temos feito n'outros anos, sem que ninguém se tivesse lembrado de supôr que, porque chamavamos soldados licenciados ás fileiras, mobilisavamos?

A verdade é que, com estas preocupações pueris, vamos deixando passar um tempo precioso e, se se chegar a um momento grave, os nossos soldados estarão nas mesmas circumstancias em que se encontravam no principio da guerra, isto é, sem uma conveniente preparação militar. E' isto que não pode de maneira nenhuma admittir-se.

Bem sabemos que não se podem fazer milagres e que um exercito se não transforma de um dia para o outro. No tempo da monarchia o exercito era coisa que não existia e algum trabalho n'esse sentido se deve já á Republica, que se tem sinceramente preocupado com o problema da nossa defeza nacional.

Comtudo, o exercito sofreu com a detestavel administração monarchica e ainda com o sistema do favoritismo, em que os caciques firmavam toda a sua força eleitoral, pela sua extrema habilidade em livrar os mancebos do serviço militar. Não havia soldados, nem havia material. Ninguém com isso se importava. Quando se faziam manobras e pompas paradas militares, improvisavam-se á pressa as divisões. Vinham soldados de todos os regimentos. Juntava-se o pouco material que havia disperso por toda a par-

te. N'esses dias dava-se ao paiz a illusão de que tínhamos um exercito.

Feita a Republica e procurando-se remediar este estado de coisas, pensou-se em fazer uma reorganisação do exercito e em procurar solucionar o problema sob o ponto de vista financeiro. Realizado o equilibrio orçamental, procurava-se atacar, de frente, a questão da defeza da nação. N'isto reventou a guerra.

E' n'estas circumstancias que temos de encarar os factos. Não devemos enraquecer-nos com uma permanente attitude espectante, de braços cruzados, em vez de nos prepararmos decididamente para a guerra, em que podemos, d'um momento para o outro, ser chamados a intervir.

Quanto á organisação militar, alguma coisa ha que precisa de modificações, e talvez que, n'este momento, qualquer coisa se pudesse fazer, que, em grande parte, contribuisse para a melhorar. Não queremos agora discutir se a organisação do exercito é boa ou má. Pretendemos apenas chamar a attenção para a fórma como o pensamento que presidiu a essa organisação foi realiado na pratica.

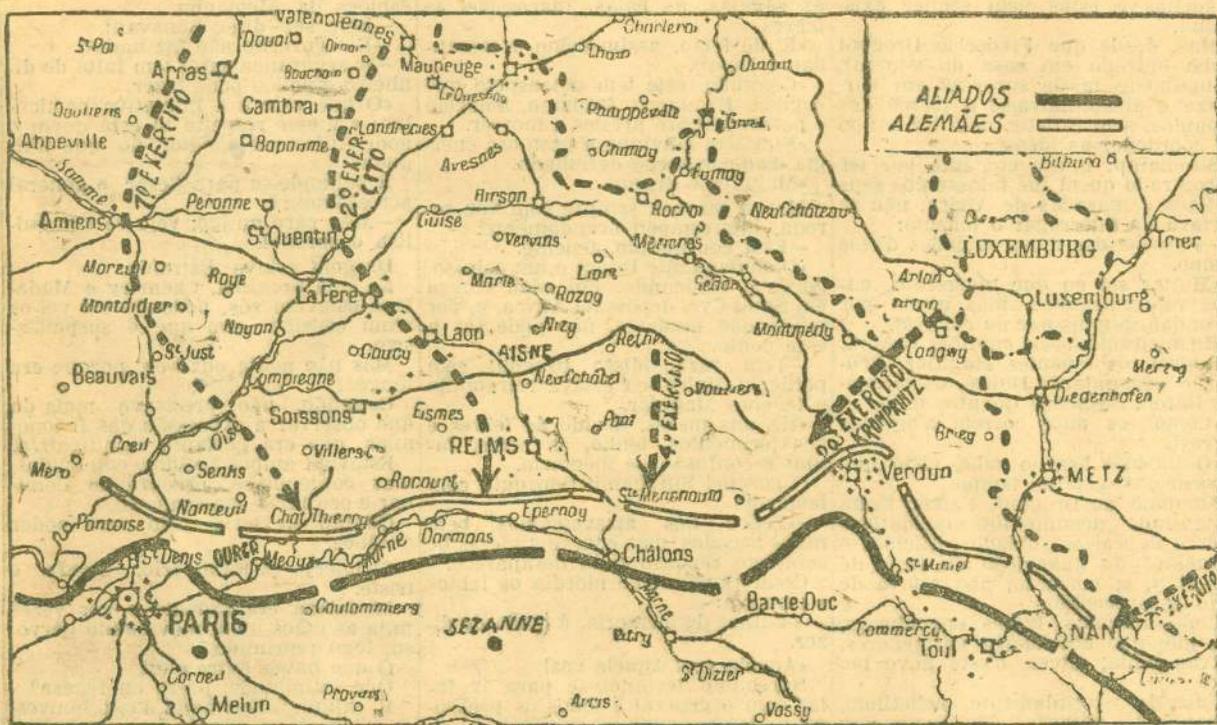
A verdade é que, como toda a gente comprehende, uma das grandes vantagens d'essa organisação consistia em impôr o mesmo tributo de sangue a toda a gente, ricos e pobres, sem distincção de situação social ou de classes. Encurtava-se o periodo do serviço, e isso pode, talvez, sob o ponto de vista militar, ser prejudicial. Mas tinha uma importante compensação, e era a de por esta obrigatoriedade, tornada geral, se levantar o nivel moral do exercito. O aldeão, o trabalhador das fabricas, o pobre, habituado a ser ele eternamente sacrificado, veria, d'ahi em diante, ao seu lado o homem rico e bem colocado, servindo nas fileiras, cumprindo o seu dever de cidadão.

Desapareceria o cacique, morreria para sempre a «empenhoca», e um regimen de egualdade se estabeleceria, que não pouco haveria de contribuir para que os soldados mais facilmente se sujeitassem e cumprissem a dura obrigação das armas.

Pois a verdade é que essa grande vantagem não se conseguiu! Ha concelhos onde os caciques desapareceram para serem apenas substituidos por outros. Quem tem empenhos fica, como n'outro tempo, isento do serviço militar! Para o exercito vão apenas os desprotegidos!

Temos recebido numerosas reclamações sobre este assunto e d'alguns casos temos pleno conhecimento. Tal não se pode consentir. Temos a convicção de que, na verdade, homens validos foram isentos do serviço militar por empenhos, o que é imoralissimo e destruo inteiramente o espirito fundamental da reforma do exercito.

Se o sr. ministro da guerra entende ser conveniente pôr isto no são e cortar os vãos ao caciquismo — antigo e moderno — deve mandar syndicar do que foi este ano o serviço do apuramento de recrutas em muitos concelhos. Se em alguns quizer ordenar a reinspeção dos isentos, ha de obter a immediata confirmação de que predomina hoje, como nos tempos da monarchia, o regimen do compadrio. E tal regimen, em assunto d'esta especie, é uma verdadeira traição aos principios basilares da Democracia



Este mapa indica as posições dos exercitos em luta após a primeira fase das batalhas do Marne que tiveram começo no dia 6. Por ele o leitor do Seculo pode facilmente verificar qual tem sido a marcha dos exercitos alemães e até mesmo qual foi o seu maior avanço, pois que se vêem no mapa indicadas as povoações por onde passava a linha em que as tropas alemãs começaram a ser atacada. Essa linha começava a nordeste de Paris, em Nanteuil, estendia-se por Meaux, Coulommiers, Sezanne e Vitry, d'aqui para nordeste até Verdun, descendo depois para sudoeste até ao sul de Nancy

Porque não se fizeram as escolas de repetição?
 Quem seriam o cavalheiros cheios de humori-
 das que tiveram a habilidade de convencer o
 Bernardino Machado e o Góe de que as escolas
 de repetição não eram convenientes neste mo-
 mento?

18 de Setembro

Grande escândalo hoje o aut.º do século. É
 um courtois por o ministério se pôr na sua
 meua o Bernardino. Na sua dia. se que
 tenha sido este quem mandou escrever o artigo.
 Lil-o.

O ATUAL MINISTERIO

Partiram ha dias já as tropas expedi-
 cionarias para a Africa, onde serão
 naturalmente necessarias para a defe-
 za das nossas colonias e onde, se por-
 ventura tivermos de intervir na guerra
 actual, terão talvez de realisar algumas
 operações em colaboração com os nos-
 sos aliados. Desembaraçado o governo
 d'esta primeira preocupação, natural
 seria que todas as suas atenções se
 voltassem para a organização dos for-
 tes nucleos militares que são indispen-
 sáveis para estarmos aptos a tomarmos
 parte no conflito europeu, em har-
 monia com a aspiração geral do paiz e
 a vontade unanime do Congresso. To-
 da a gente esperava que, organizada a
 expedição, o maior cuidado do minist-
 terio consistisse em traduzir em factos,
 em demonstrações bem concretas e
 iniludiveis essa aspiração nacional.
 A verdade, porém, e amarguradamente
 o dizemos, é que o governo não tem
 sabido corresponder á confiança que
 n'ele depositaram todos os partidos
 politicos, quando o investiram de dis-
 crecionarios poderes, que só uma situa-
 ção grave de preparação para a guerra
 justificavam.

Lamentavelmente, quando os factos
 pediam decisão e energia, nós temos
 assistido a uma serie de incontestaveis
 manifestações da attitude dubia que
 o governo está mantendo na actual
 situação. Aquella unidade com que ele
 se apresentou na historica sessão do
 Congresso em que se aplaudiu a Ingla-
 terra e se glorificou a França parece
 ter-se quebrado e haver agora dentro
 do proprio ministério ministros que
 não estão inteiramente de accordo com
 aquilo que de todos eles o paiz tem o
 direito de esperar.

O facto é, ninguem o pode occultar,
 demasiadamente grave. A situação
 actual não permite hoje que á frente
 dos destinos de qualquer nação, seja
 ella qual fôr e por mais arredada que
 ande do conflito europeu, estejam ho-
 mens dubios, hesitantes, que possam
 d'um momento para o outro compro-
 meter a politica que essa mesma na-
 ção entender ser a dos seus proprios
 interesses. Muito menos ainda isso se
 pode tolerar n'uma nação de institui-
 ções democraticas, em que a opinião
 publica é que se impõe aos governos e
 não os governos á opinião.

Desde que no parlamento se definiu,
 com a unanimidade de todos os parla-
 mentares, qual a verdadeira attitude

que convinha ao paiz, e que era a de
 apoio á Inglaterra na luta que, com ella,
 com a França, a Russia e a Belgica, a
 Alemanha tinha travado, nós ficámos
 na situação de não podermos ser por
 ninguem considerados neutraes. Factos
 posteriores vieram confirmar isso mes-
 mo, como, por exemplo, o do agradeci-
 mento do gabinete de Londres por esta
 nossa attitude. No entanto, parece não
 o terem querido compreender alguns
 ministros, com a sua preocupação de
 neutralidade até ao dia de pegarmos
 em armas. E d'esta fórma, e este é que
 é o grande perigo que é preciso denun-
 ciar bem alto ao paiz, o governo está
 comprometendo imprevidentemente o
 proprio successo das tropas portugue-
 zas que tenhamos de enviar para a
 guerra.

Se nós afirmámos, d'uma maneira tão
 clara e perentoria, que estavamos de-
 cididos a correr com a Inglaterra a sua
 boa ou má fortuna; se, por outro lado,
 toda a gente compreende que, no actual
 conflito, a Inglaterra irá até ao ultimo
 extremo, ou de ficar aniquilada ou de
 aniquillar a sua inimiga, que é tambem,
 por isso mesmo, a nossa; qual a razão
 por que não tomamos a mais elementar
 das medidas que a situação aconselha-
 va: a de prepararmos os nossos solda-
 dos para a guerra? Toda a gente vê
 isto; mas não o quiz ver o governo.

Assim, aquillo mesmo que em cir-
 cunstancias normaes se teria feito—as
 escolas de repetição—deixou de fazer-
 se; quer dizer, aquillo que é considera-
 do como indispensavel para a instru-
 ção militar dos soldados foi-lhes sup-
 rimido exactamente quando a iminen-
 cia de irem para a guerra mais neces-
 sario o tornava. Nem ao menos se fez
 a concentração dos soldados e alguns
 exercicios parciaes nos diversos regi-
 mentos. Uma tal attitude ou significa
 imprevidencia em face da possibilida-
 de de tomarmos parte na guerra, ou
 significa, por parte de quem a toma, a
 predisposição de arredar, por todos os
 expedientes, a hipótese da nossa inter-
 venção no conflito.

Na nossa politica externa tem-se ma-
 nifestado essa mesma falta de decisão,
 ou, porventura até em certo ponto,
 uma pronunciada duplicidade, que nos
 vexa nos nossos brios de nação independ-
 ente. Assim, ha alguns representantes
 nossos que, por vezes, se encontram
 em difficuldades para definirem, perante
 os governos junto de quem estão
 acreditados, a situação de Portugal e
 de responderem a notas diplomaticas.
 Ha mesmo entre elles quem precise de
 vir ao paiz receber instruções, pela
 exiguidade das informações proposita-
 damente laconicas que a esse respeito
 aos nossos representantes no estran-

geiro são enviadas. Tal situação, não
 pode deixar de concordar-se, só serve
 para comprometer o nosso prestigio e
 o das proprias instituições.

No entanto, todó o interesse da na-
 ção, como todo o interesse do regimen,
 consiste exactamente em nós nos saber-
 mos valorisar internacionalmente pelo
 concurso que prestarmos aos nossos
 aliados e pela affirmação de principios
 democraticos que, n'esta guerra, que é
 mais feita contra o imperialismo ale-
 mão do que contra a nação alemã, nós
 poderemos fazer com o simples facto
 d'esse concurso. Isto vê-o claramente
 toda a gente e só pode aplaudir uma
 attitude dubia e indecisa por parte do
 governo quem não fôr republicano.

A verdade é exactamente que alguns
 monarchicos, vendo, embora, que aos
 interesses da Republica estão ligados
 n'este assunto os interesses do paiz,
 preferem prejudicar aqueles para não
 favorecer estes. Assim, para nós, tem
 de tornar-se suspeito todo aquelle que
 não seguir a politica nacional, que
 n'este momento tem de ser de decidi-
 do apoio á Inglaterra.

Na França, com a victoria das tropas
 aliadas, lucrará não só o paiz como a
 propria Republica. Ali, os monarchicos
 collocaram-se ao lado do governo e em-
 penham-se na victoria da França. No
 entanto, tendo-se ali organizado um
 ministério nacional, e tendo n'ele en-
 trado desde os socialistas até aos repu-
 blicanos da feição mais conservadora,
 teve-se o cuidado de não chamar ao
 ministério nenhum monarchico, ou
 suspeito de pouca fidelidade á Repu-
 blica. E' preciso que nós tomemos o
 exemplo da França.

Se dentro do ministério ha quem
 faça a politica que n'este momento só
 pode agradar a monarchicos e dos
 mais sectarios, dos que põem os inter-
 esses da nação abaixo das suas pre-
 occupações politicas, se ha quem sinta
 mais afinidades com esses elementos
 do que com as aspirações republica-
 nas, que saia, ainda que com o desgos-
 to de, com essa sua resolução, ter pres-
 tado o maior auxilio que poderá talvez
 prestar á Republica.

O actual ministério não foi organiza-
 do propositadamente para as graves
 circunstancias que surgiram poste-
 riormente. Foi creado para resolver
 uma crise de momento. Teve de vir
 de fóra dos partidos e, por consequen-
 cia, ser recrutado entre elementos que
 não militavam como combatentes de-
 cididos nas fileiras republicanas. Não
 parece ser o ministério naturalmente
 indicado para a missão que o paiz jul-
 gou que elle saberia desempenhar brio-
 samente.

O sr. dr. Bernardino Machado é para

nós uma garantia de sinceridade republicana, de amor aos princípios democraticos e de fidelidade ás afirmações que por todos os chefes politicos foram feitas na ultima sessão do parlamento. Mas infelizmente nem todos os outros ministros nos oferecem a mesma garantia. Se se quer atalhar esta situação a tempo de salvar o prestigio e a honra nacional comprometidas, fique o sr. dr. Bernardino Machado no poder, mas fique com outros colaboradores. E' isto, temos a certeza de que não erramos, o que n'este momento a opinião publica mais instantemente reclama. E, em tudo quanto temos vindo a dizer, nós não quizemos senão significar que concordamos inteiramente com ela.

_____ 20 de Setembro 1914 _____
 Houtem á noite houve uma reunião no Directorio, dos parlamentares democraticos que estao em Lisboa. O Affonso Costa esta na Figueira com a familia. Tratou-se da politica do actual governo perante a guerra europeia, que foi considerada dubia e pouco patriotica. O governo foi accusado de ter procurado deitar proeza nos olhos do publico com as expedições a Angola e a Moçambique. Alexandre Brage acha que se deve provocar da parte da Inglaterra um pedido formal de tropas. Cereia de Albuquerque que e' director geral das Colonias, communicou, entre outras coisas, que as instrucções dadas para as colonias acerca da situação de Portugal perante a guerra actual, eram de neutralidade, pois que outra não era a nossa situação no continente em face do direito internacional.

Falando sobre todas estas questões, revoltou-me contra a theorie da neutralidade que acho absurda depois da declaração do governo no Parlamento na sessão de 7 de Agosto (Vide p. 1) Com effeito, no marinho e no Campo Lutichienado houve indubitavel que appareceram instrucções dos respectivos ministros, mandando neutralidade. No Campo lutichienado, houve reunião de commandantes de sectores, de cidade e chefes de serviços, o com.º do topogra. não pôde resistir a perguntar ingenuamente: "Mas não estamos neutros?!" pergunta que parece não ter tido resposta clara. O com.º official era o major João Siqueira, de artilharia. O com.º do Campo Lutichienado foi um dia a bordo da Divisão Naval

O Governo inglês por varias vezes nos recomendou que
nos abstivéssemos de declarar a neutralidade. Vê-se
"Doc. apresentados ao Congr. de Rep.^{ta} em 1920"

estacionada a Oeste da Torre de Belem — o que
 dá maiores subsídios e ajuda de custo ao
 pessoal — para combater com o respectivo com-
 mandante uma acção comendante no porto,
 o que parece não ter ido além de fazer jo-
 gar os holofotes durante a noite. No Cam-
 po entr. entre tres classes de peças, 1924,
 1923 e 1922, mal alojadas, apartadas sem van-
 tagem dos seus mistérios. É a respeito de prepa-
 ração material para quando a Inglaterra nos
 pedir qualquer colaboração — nada que se saiba.

Hoje a nossa participação na guerra euro-
 peia disse ^{em} que era um caso para que nos devíamos
 preparar, para honrar o tratado e as nossas obli-
 gações de aliados, mas com que não nos devíamos
 entusiasmar. Referi-me á falta de material,
 e á circumstancia ^{mais que provável} da Inglaterra não querer que
 intervissemos, antes della esgotar os seus recur-
 sos e os das suas colónias. Uma divisão
 portuguesa — que seria o máximo que poderi-
 amos fornecer ^{naquelle momento} — seria uma gota de agua
 no Oceano. Insurgiram-se contra mim
 Alexandre Proxy ^{e Henrique Coimbra}, principalmente, e Sá Carde-
 so e Helder Ribeiro tambem, embora mais
 brandamente. Ao acabar a sessão, apenas
 o deputado Rodrigues Gaspar, official de meu
 partido me deu um expressivo aperto de mão.

Todos foram tambem de opinião que
 se fizessem eleições quanto antes, mas
 com grande desgosto soube que bojeira
 devia sair no mundo, como saiu, um artigo
 contra as eleições. Vêo artigo junto. Lêo
 artigo por feito ou inspirado pelo Affonso
 na Figueira.

Sahi desta reunião preocupado com a

DIA DAS ELEIÇÕES

Antes de findar a ultima sessão legislativa o Congresso da Republica ocupou-se de uma importante questão constitucional. Essa questão foi o termo da legislatura, que o partido unionista entendia só se verificar no fim da sessão que principiará em 2 de dezembro do corrente anno, em contradição com o espirito da lei fundamental da Republica. Ficou, porém, interpretada a Constituição de modo a não restarem duvidas a ninguem. A primeira legislatura republicana findou em 30 de junho de 1914 e o governo convocou, conforme lhe cumpria, os collegios eleitorais para a eleição do novo Congresso. Foi essa convocação feita de harmonia com os desejos dos partidos que estavam em minoria no Congresso, marcando-se para muito tarde, para o mais tarde possivel, o dia das eleições, isto é, para 1 de novembro, a um mês da data em que pela Constituição o Parlamento deve abrir. O Partido Republicano Português, que reconheceu a necessidade de renovar as camaras legislativas e sondar os desejos e as indicações do país por meio da consulta ás mesmas, queria a realização das eleições no mais curto prazo. A sua intenção era a mais patriótica, a mais nobre e digna, porque tendo a maioria no Congresso era quem menos podia temer a perda da sua influencia no governo o país. Estalou a guerra e tiveram de reunir ainda extraordinariamente as camaras que se julgava terem terminado os seus trabalhos em junho. A Constituição prevê o caso e o governo pôde assim robustecer-se com o voto de confiança que lhe deram os representantes do país e armar-se com os poderes indispensaveis para fazer face a todas as eventualidades. Mas aproxima-se a data marcada para a reunião dos collegios eleitorais e a situação do país, sofrendo o reflexo da guerra, a necessidade de manter uma perfeita unidade republicana, que a propaganda sem duvida alguma teria de quebrar, por mais que todos timbrassem em fazê-la apenas no campo dos principios, tornam inconveniente, senão impossivel, a realização do acto eleitoral. O governo

já o reconheceu, annunciando que vai ser publicado um decreto anulando aquelle que marcou as eleições para 1 de novembro. Ha, porém, quem não se conforme com esta resolução e queira sustentar que as eleições devem realizar-se através de tudo, para que a Constituição não seja desrepeitada. Os que assim pensam são na verdade animados de excelentes intenções. O novo Congresso, para bem da Republica, para normalização da vida do país, deve constituir-se quanto antes.

Só depois de recolhido o *verdictum* das urnas se poderá constituir um governo que corresponda á vontade da nação e que apoiado na sua força possa realizar uma obra eficaz. Mas isso não quer dizer que, por um motivo serio, como é o que se nos depara, este Congresso não possa exercer as suas funções por mais algum tempo. A Constituição da Republica é bem clara a tal respeito. O seu artigo 26.º diz:

Compete privativamente ao Congresso da Republica:

...N.º 25.—Continuar no exercicio das suas funções legislativas depois de terminada a respectiva legislatura se por algum motivo as eleições não tiverem sido feitas nos prazos constitucionais.

§ unico.—Esta ampliação de funções prolongar-se-ha até á realização das eleições que devem mandar ao Congresso os seus novos membros.

Para todos os efeitos o Parlamento existe e pode começar os seus trabalhos em 2 de dezembro, ou funcionar ainda antes desse dia, para apreciar os actos do governo, para lhe confirmar os poderes que já lhe conferiu ou para lhos retirar. A guerra está ainda numa fase que não nos permite esperar vê-la entrar num periodo de liquidacão dentro de um

mês. Enquanto esse periodo, pelo menos, não chegar, não devemos quebrar a tranquillidade politica em que os partidos se teempatrioticamente conservado, lançando-os numa luta que, embora leal, forçará cada um a empregar os melhores meios para suplantar o adversario. Logo que a situação o permita, as eleições realizar-se-hão. Parece ser esse o desejo do governo, que ficará mais depressa aliviado de grandes responsabilidades, e é essa a vontade expressa da opinião. Até lá, para tudo que seja necessario ao bem da Patria e da Republica, podemos contar com as camaras que terminaram as suas funções ordinarias em 30

de junho. Os homens que as compõem são os que votaram a lei fundamental das instituições democraticas e colaboraram em muitas obras que são motivo de orgulho para todos nós. Enquanto o país não escolher os seus novos mandatarios, a Republica estará bem defendida e os interesses nacionais bem acautelados sob a vigilancia carinhosa dos deputados e senadores do primeiro Congresso, que pode ter praticado alguns erros, mas que foi genuinamente republicano e patriótico.

(Do Mundo de
20 Set. 1914)

orientação que via tomar em os meus conselheiros
no assunto = questão europeia = e o meu chefe político
e no assunto eleições. Na minha modesta ma-
reia de ver vamos caminhar por uma situa-
ção embora seja a difficil, quer no campo externo
quer no campo interno.

Hoje ás 9 da manhã fui surpreendido pelo
telefone do Dr. Bernardino Machado que me pediu
para ir a casa delle o mais depressa possível.

Seriam umas ouz horas quando me
apresentei em casa do Presidente do Minis-
terio. Havia dias que ^{ele} estava com um liger-
ro ataque de grippe. Recebeu-me com uma
tal ou qual irritabilidade. Tinha na mão uma
cópia de um jornal do Porto em que um
correspondente (Guedes me parece que elle
se assinava) fazia uma formidable to-
ca da cordialidade do Dr. Bernardino Ma-
chado. Nesse artigo, pintava-se o encontro
do Presidente do Governo com um sujei-
to qualquer a quem perguntava pelo D.
Genoveva — por ex: — O homem cuius sen-
prehendis tinha-lhe "Mas quem é a D. Ge-
noveva?" — "Sua esposa!" — "Muito mulher
mas se chama Genoveva, chama-se Amelia",
(por ex: já [mas] me lembro dos nomes) — "Ame-
lia, D. Amelia, é verdade, queria o am.
desculper, mas como são dois nomes cuius-
to parecidos..."! Ele. Uma tosse com-
pleta. Mostrou-me o artigo recitado, e
quando lh'o devolvi, perguntou-me se
não era devesa engracadiçimo!

Entrando no assunto parece que me che-
maram, perguntou-me se o ministro de guerra
não me dissera já que o governo contava

enviar-me ao estrangeiro com uma missão. A principio hesitei, em face das insistentes recomendações de segredo que o Ministro da Guerra me fizera bastantes dias antes, mas acabei por lhe dizer o que me dissera o general Leca. Disse-me então que este me usas com confiança tudo; que se tratava de uma missão junto do governo inglês e francês, acerca da nossa participação na guerra, e que eu escolheria os 2 officiaes que deviam acompanhar-me.

Por esta occasião, o telephone chamou-o, e assisti a uma conversação com Affonso Costa que falava da Figueira da Foz. O Presidente do Ministerio propunha-lhe a ida delle a Londres para tratar com o governo inglés um auxilio financeiro a Portugal, e dizia-lhe que eu o acompanharia para tratar da parte militar. Enquanto assisti a esta conversação pelo telephone, que foi de curta duração, passei em revista as minhas lembranças dos dias anteriores, e suspeitei ver em tudo isto uma vontade de me afastarem de Portugal por algum tempo. Já Cairns falara dias antes — não sei quantos — com Affonso Costa, mostrando-lhe o inconveniente do general Leca não chamar nem ouvir ninguém sobre a preparação para a guerra, e o Affonso dissera qualquer coisa ao ministro acerca da minha pessoa, ~~o que~~ ou ao Premier — no que por me ver falou áquelle, e o Leca respondeu seccamente qualquer coisa como isto: que o ministro era elle e que bem sabia o que fazia.

Quando acabou a conversação por

AS VITÓRIAS DOS SERVIÇOS

Como os países pequenos se prepararam para a guerra

Os sucessos extraordinários alcançados pelos serviços nas três campanhas em que tão brilhantemente tem tomado parte n'estes últimos dois anos, pondo em cheque os turcos, que pela tradição eram considerados como os soldados mais valentes do mundo, a seguir os bulgaros e agora os austriacos, levam-nos a apresentar os aspectos mais importantes da preparação militar de um povo, pequeno na sua população — pois a Servia tem pouco menos de três milhões de habitantes — mas valeroso, aguerrido e animado, sobretudo, da inabalável vontade de vencer os seus adversários que tentem invadir-lhes o território nacional.

No dia 30 de setembro de 1912 foi decretada a mobilização, que se completou com uma rapidez assombrosa. Na própria noite do dia em que foi publicado o decreto convocando a nação ás armas foi conhecido o *ukase* em todos os recantos do país, ainda mesmo onde não chegava o telegrafo. Para prevenir a população, os sinos tocaram a rebate, acenderam-se foguetas nas alturas e foram enviados emissários em todas as direcções, que por meio de morteiros advertiam a população de que a soberania nacional estava em perigo. Na madrugada do dia seguinte os reservistas convocados, a cavallo ou a pé, atingiram os locais de concentração.

Todos os homens validos se apresentaram conduzindo com eles e sem que fosse necessário fazer requisições: cavalos, bois, carros, etc. Cada um entregava o que possuía, até mais do que podia, sem pensar em obter uma indemnização, animado apenas da idéa de contribuir para a vitória.

Não havia manifestações: tudo se fazia serenamente. Em quarenta e oito horas todas as forças militares dos serviços estavam concentradas. O efetivo previsto excedeu em 100.000 homens e por isso faltaram espingardas de tiro rápido para armar tanta gente. Foi preciso distribuir espingardas velhas ás tropas do 3.º bando (2.º reserva), empregadas nos serviços da guarnição e protecção do país. Um facto sem precedentes nos exercitos europeus: estas tropas do 3.º bando queriam entrar na linha de fogo com as tropas de 1.ª linha.

Em tres dias foram incorporados 95 000 dos reservistas e no fim da semana o algarismo das incorporações attingia 98 000 dos inscritos. O tesouro de guerra subiu a 20.000 contos. Vale a pena citar os recursos materiaes que os serviços apresentaram n'esta occasião:

Homens do ativo e do 1.º e 2.º bandos de reserva 286.800, cavalos 50.500, bois 31.600, viaturas 18.650, peças de tiro rápido Schneider 248, peças de montanha Schneider 36, peças Bange 20, morteiros de 15 cm. e obuzes de 12 cm. 28, peças de artilharia pesada 12, obuzes de tiro rápido Schneider 40, metralhadoras 250, espingardas de tiro rápido 200.000, espingardas antigas 40.000.

No exercito territorial: homens 56.000, cavalos 185, bois 2.200, viaturas 180, peças de campanha Bange 180, espingardas 360. Tropas de protecção: homens 10.350, cavalos 940, bois 7.650, viaturas 4.000.

O numero de homens para fazer a guerra era de 402.000, isto é, quasi 14 000 da população. As marchas efetuadas regularam por 22 kilometros por dia em más estradas, cobertas de neve e de lama, tendo por vezes ferido 27 combates nos trinta dias!

A instrução no exercito servio

Os sucessos alcançados pelos serviços foram, sobretudo, notaveis no emprego da artilharia, cujo material Schneider era igual ao que a França empregava atualmente na guerra contra a Alemanha.

Foi em 1905, segundo d'clarou o coronel Milivolevitch, inspetor geral de artilharia, que os serviços compraram o material de tiro rápido. No ano seguinte, um comandante de bateria de cada grupo de artilharia e dois officiaes superiores de cada regimento foram fazer um estagio de dois anos nos regimentos de artilharia franceza. Dois anos depois — em 1909 — crearam uma escola de tiro, onde todos os officiaes permaneceram quatro mezes e meio, para o estudo teorico-pratico dos fogos de guerra com o novo material. Quando os primeiros officiaes saíram da escola de tiro fundaram durante o inverno, em cada regimento e segundo a orientação que acabavam de receber, um curso para instruirem os sargentos e soldados; e assim, em 4 anos, todas as tropas de artilharia conheciam a fundo o funcionamento do material de campanha de tiro rápido. Desde o segundo ano da criação da escola de tiro estudou-se simultaneamente os outros generos de artilharia: de sitio, obuzes, morteiros, etc.

Habituar-se a mascarar as baterias e a cooperar intimamente ligados á infantaria, para o que as duas armas realisavam frequentemente no campo exercicios de fogos de guerra onde se consumiram milhares de granadas e milhões de cartuchos de infantaria, e estes tanto nas espingardas como nas metralhadoras. Para se obter a cooperação das armas recorria-se ao emprego do telefone, telegrafia optica, sem fios e todos os meios de ligação usados em campanha. No decurso dos exercicios dava-se tanto quanto possível aos combates a fisionomia do campo de batalha. E assim conseguiram adquirir tamanho treino na regulação do tiro da artilharia e na realização das distancias para os comandantes de companhia poderem indicar as alças aos soldados que deixaram maravilhados todos os adidos militares estrangeiros e jornalistas que acompanharam o quartel general servio de Koumanovo até Monastir. A disciplina alcançada no tiro foi de tal ordem que não se despendia senão o numero de munições precisas para se alcançar um dado effeito. Mas para se conseguir este resultado entendem os servios que o minimo tempo de serviço que se deve exigir a um soldado artilheiro é de dois anos. N'outros países, como a França, Alemanha e a nossa vizinha Hespanha, esse periodo é de tres anos.

Vejamos agora qual foi o consumo de munições durante a campanha. O exercito servio transportou 104 milhões de cartuchos para as espingardas de tiro rápido; 200.000 granadas ordinarias e 40.000 granadas de rebentamento. A cada soldado de infantaria correspondiam 1.000 cartuchos, sendo 150 transportados nas cartucheiras e mochilas e os restantes nos diversos escalões de combate. Ora, desde a rutura das hos-

tilidades até se assinar o armistício a infantaria consumiu apenas 10 milhões e 438.675 cartuchos, ou seja a média de 80 cartuchos por homem. Isto só se consegue com uma disciplina admiravel no fogo. E a mesma disciplina se notou no tiro da artilharia, pois de 1.000 granadas correspondentes a cada peça consumiu-se, em média, 136 por boca de fogo de tiro rápido. O consumo de granadas nas peças de tiro rápido foi, durante o mez e meio da guerra, de 30.479 «shrapnells» e 3.275 granadas de grande capacidade.

Vale a pena aos países pequenos estudarem a fórma como os servios organizaram todos os seus serviços militares para a guerra, sendo para especialisar ainda os serviços administrativos e sanitarios em regiões montanhosas, onde foi preciso vencer as difficuldades mais insuperaveis. Mas tudo eles conseguiram dentro das seguintes normas:

a) Organizando um exercito de campanha dentro da capacidade financeira da nação, isto é, creando o numero de unidades compatíveis com os recursos orçamentaes, de fórma que com a verba orçamental fosse possível comprar tudo, absolutamente tudo, de que

carecem as unidades a mobilisar.

b) Atendendo também aos recursos orçamentaes, para se crearem os quadros de officiaes e sargentos para as necessidades da mobilização.

c) Decretando uma duração de tempo de serviço militar variavel com as aptidões do cidadão para receber uma instrução militar completa.

d) Dando aos quadros e soldados uma instrução intensiva de tiro, envolvendo os fogos de guerra nas condições o mais similares possível do campo de batalha.

e) Banindo por completo a politica do exercito, porque viam bem os resultados perniciosos que ela produzia no exercito dos seus vizinhos e adversarios turcos.

f) Mostrando as vantagens de uma pronta mobilização, por meio de exercicios frequentes, que faziam evidenciar ao cidadão o papel importante que tem na guerra moderna a pronta comparencia dos soldados nas fileiras.

Ora estes factores de ordem material e moral são os mesmos que se encontram na Belgica, Suissa, no Montenegro, na Romania e na Republica Argentina, países pequenos, mas que possuem exercitos admiravelmente organizados. E aos países que não queiram proceder da mesma fórma é preferível deixarem de gastar inutilmente milhares de contos na defeza nacional.

J. C. S.

*(Aut. do capitão João
Coneia de Santos, professor
do Collegio Militar,
publicado no "Seculo" de
21 setembro 1914)*

*Vejá revista adiante
"Nós e o Servio".*

a Figueria, eu levantei-me pedindo para que a
nossa conversação continuasse no dia seguinte,
por ter de ir despedir-me de João Chagas ao
cumprimento de seus — João Chagas veio dias
antes falar ao governo acerca de qualquer
coisa sobre a guerra, e regressou hoje a
Bordeus.

Não me mostrei agradecido com a nova
missão que não percebi o que seja. O Bernar-
dino fez-me grandes elogios e reflexões,
mas eu não consegui perceber o que elle
queria. Amanhã continuaremos.

João Chagas lá' seguiu para France. Aue-
vel sempre, offereceu-me para me mandar
catalogos sobre coisas militares.

22 de Setembro

Hoje ao entrar em casa do Presidente do
Ministerio para continuar a conversa-
ção interrompida ante-hontem, encontrei
lá' o Dr. Alexandre Poye e o Dr. Lúcio de
Vasconcellos, leaders democraticos, respecti-
vamente da Camera e do Senado. Tratei-me
da reunião nocturna de 19 no Direc-
torio. Parece que foi o Affonso quem in-
terrompeu as duas reuniões. Não deu explica-
ções ao Bernardino, acerca do que se tracta-
va no Directorio.

Tive que manifestar a minha discon-
dancia acerca da reunião ida a Inglaterra,
antes de vierem officiaes ingleses a Portu-
gal solicitar o cumprimento dos nossos
deveres de alliado, e dizer o que queriam
de nós. O Bernardino disse-me que o
governo inglés já tinha respondido — não
quero affirmar, mas tenho no ouvido esta

palavra: respondido — que recebia com
 muito agrado uma missão militar portugue-
 se para tratar da nossa participação na guerra.
 Eu disse-lhe que se no domingo 20, me tivesse
 dito ou dado a perceber que uma tal resposta
 ou comunicação do governo inglês tinha vindo
 ou estava prestes a chegar, eu teria continua-
 do a conversação iniciada e não teria pedido
 para a suspender por ir despedir-me do João
 Chagas, nem teria apparecido só agora, nater-
 ce-feira, a tarde. Disse-lhe mais que elle
 ainda me não replicara o que ia fazer eu
 e os officiaes que fossem enviados, nessa tal
 missão a Londres e Berlim, que quem ti-
 nha de assumir inteira e completa respon-
 sabilidade da participação na guerra, sem
 termos sido atacados, era o Governo, e que
 havia em Portugal um Conselho Superior da
 Defesa Nacional, do qual elle era presidente,
 e que era o Governo e este Conselho quem
 deviam tratar e decidir acerca do modo
 como nós deviamos entrar na guerra. Era,
 e qualquer official que lá fosse, só po-
 díamos tratar dos detalhes de execução, como
 officiaes do B. M. por o que a minha situ-
 acão de antigo ministro nada importava,
 como elle queria ver.

O Dr. Pimenta, que até então luctava
 com difficuldades para sustentar os seus
 actos politicos deante dos parlamentares A-
 lvarado Pires e Hestevam de Vasconcellos e em
 bater as suas dvidas e reflexões, passou
 a argumentar comigo, ajudado pelos dois
 leaders democreticos, que não perceberam
 nada do que eu disse. A conversação ficou au-